



POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA, SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PROFISSÃO DOCENTE

BRUTOCRACIA DO TRABALHO DOCENTE: IMPACTOS DA BUROCRACIA NO ENSINO DE SOCIOLOGIA E NA AUTONOMIA DOCENTE

Daniele Saiure Ribeiro da Silva
UNIVASF
saiureribeiro9021@gmail.com

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Resumo

Este artigo resulta de um esforço de síntese da pesquisa de mestrado em andamento, que investiga os impactos da burocracia educacional sobre o ensino de Sociologia e a autonomia do trabalho docente na educação básica. O cenário educacional brasileiro contemporâneo tem sido reconfigurado por reformas neoliberais que introduzem uma lógica gerencialista, centrada na padronização curricular, no controle por metas e na mercantilização da educação. A partir de políticas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio, intensifica-se a burocratização das práticas escolares, transformando a função docente e comprometendo sua autonomia. No ensino de Sociologia, disciplina com vocação crítica e reflexiva, esses processos resultam em esvaziamento curricular, redução do tempo formativo e conversão do professor em mero executor de tarefas administrativas. É nesse contexto que emerge a proposta de análise do conceito de *brutocracia do trabalho docente*, um dispositivo que sintetiza a sobrecarga burocrática vivida pelas(os) docentes, especialmente no ensino de Sociologia, e seus efeitos sobre o tempo formativo, o planejamento pedagógico e a capacidade de desenvolver práticas educativas críticas. O termo articula duas dimensões simbólicas: a brutalização do trabalho docente, no sentido do senso comum, brutalidade e ignorância (bruto) e a traição dos ideais de uma educação emancipadora, uma referência à frase “até tu, Brutus?”, que tornou-se um símbolo de traição inesperada, especialmente quando proferida por alguém em quem se confiava profundamente. A expressão é atribuída ao ditador romano Júlio César, no momento de seu assassinato no senado, quando

reconheceu seu amigo e protegido, Marco Bruto, entre os conspiradores. (Brutus). O conceito, forjado a partir da vivência prática no chão da escola, busca nomear uma realidade invisibilizada por discursos de inovação e qualidade. O referencial teórico articula Max Weber (1991) (burocracia e dominação legal-racional), Michel Foucault (1987; 1995; 1999) (dispositivo, poder e normalização), Pierre Bourdieu (2007) (reprodução simbólica e habitus) e Paulo Freire (2018; 2020) (educação libertadora) para compreender como a burocracia, ao extrapolar sua função organizativa, converte-se em mecanismo de controle, alienação e adoecimento docente. A análise dialoga também com autores como Michael W Apple (1989), Almerindo Janela Afonso (2009) e Lúcia Maria Wanderley Neves (2010) (políticas neoliberais e performatividade), Christophe Dejours (1992), Mary Sandra Carlotto (2012) e Álvaro Moreira Hypolito (2009) (trabalho docente e saúde mental). Nesse quadro, a “*brutocracia*” é interpretada como um fenômeno multifacetado que atua sobre dimensões subjetivas, curriculares e institucionais, reproduzindo desigualdades e silenciando resistências. O presente estudo ancora-se, assim, em um arcabouço teórico interdisciplinar que integra contribuições das Ciências Sociais, da Filosofia Política e da Educação Crítica para compreender os mecanismos de controle, reprodução e resistência no contexto escolar. A perspectiva foucaultiana possibilita entender a burocracia escolar como dispositivo que regula comportamentos, padroniza o ensino e subjuga a criatividade pedagógica, internalizando o controle nos próprios docentes. Bourdieu evidencia a escola como espaço de reprodução das desigualdades sociais, neutralizando o potencial crítico da Sociologia. Em contraponto, Freire oferece a base ético-política para uma pedagogia da autonomia, radicalmente oposta à lógica da brutalização burocrática presente na educação gerencial. Weber contribui com a análise da burocracia como dominação legal-racional, e Melo Júnior demonstra como, no campo educacional, a racionalidade instrumental transforma a escola em organização voltada à eficiência, desumanizando o trabalho docente. Ao articular essas perspectivas, o conceito de brutocracia educacional emerge como ferramenta teórica e política para interpretar e denunciar dispositivos contemporâneos de controle sobre a educação pública e defender a autonomia docente no ensino de Sociologia. A pesquisa, de abordagem qualitativa, adota estratégia metodológica baseada na triangulação entre entrevistas semiestruturadas com docentes de Sociologia da rede pública (Bahia e



Pernambuco), grupos focais para apreensão de interações e estratégias coletivas, e análise documental (normativas, planos de aula, relatórios e registros institucionais). Essa triangulação permitirá confrontar discurso e prática, visibilizando as tensões entre autonomia, prescrição e resistência no trabalho docente. Os dados serão analisados por meio da análise de conteúdo (Bardin), considerando categorias como tempo formativo, planejamento, interferência burocrática, autonomia, estratégias de resistência e interseccionalidade. Espera-se que o estudo contribua para: (i) consolidar o conceito de brutocracia do trabalho docente como categoria analítica original e situada; (ii) ampliar a compreensão crítica sobre os efeitos das políticas neoliberais na prática pedagógica; (iii) tensionar a relação entre burocracia e banalidade do mal (Arendt), evidenciando como a lógica tecnocrática naturaliza e legitima a alienação docente; (iv) subsidiar políticas públicas e programas de formação continuada que priorizem a autonomia e o bem-estar de professoras e professores. Ao final, reafirma-se o ensino de Sociologia como espaço de resistência e formação crítica, destacando sua importância na defesa de uma escola pública democrática, plural e socialmente comprometida.

Palavras-chave: brutocracia do trabalho docente; burocracia educacional; ensino de Sociologia.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

APPLE, Michael W. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes medicas, 1989.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARLOTTO, Mary Sandra. *Síndrome de Burnout e trabalho docente*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 16, n. 1, p. 59-65, jan./mar. 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.



FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 67. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 60. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais transformadores*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos; PIZZI, Laura Cristina Vieira. Reestruturação curricular e auto-intensificação do trabalho docente. *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 2, p. 100-112, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/revista/curriculo-sem-fronteiras/articulo/reestruturacao-curricular-e-auto-intensificacao-do-trabalho-docente>. Acesso em: 07 agos. 2025.

MELO JÚNIOR, João Antônio Cabral de Campos. *Burocracia e educação*. Pensamento Plural, Pelotas, n. 6, p. 147-164, jan./jun. 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Direita para o social e esquerda para o capital. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

RIBEIRO, Djamilla. *O que é: lugar de fala?*. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 1991.